

 Governo do Distrito Federal Secretaria de Estado de Fazenda do Distrito Federal Fone: (61) - www.economia.df.gov.br					Série do Documento Nota Fiscal de Serviço Eletrônica - NFS-e		
					Número da Nota Fiscal 9		
Dados do Prestador de Serviço							
P8 Relacoes Institucionais Ltda P8 Relacoes Institucionais SqS 311 Bloco K 101, Asa Sul CEP: 70364-110 - Brasília/DF p8institucionais@gmail.com Inscrição Municipal: 0819205200100 - CPF / CNPJ: 49.340.295/0001-34 Telefone: (61)3224-1417					Data de Geração da NFS-e 02/05/2023 10:17:08		
					Data de Competência/Emissão 02/05/2023		
					Cód. de Autenticidade A26991930		
					Responsável pela Retenção		
Identificação da Nota Fiscal Eletrônica							
Natureza da Operação 1 - Tributação no município		Número do RPS 10	Série do RPS 3 - RPS - Recibo Provisórios de Serviços		Data de Emissão do RPS 02/05/2023		
Local dos Serviços Brasília - Distrito Federal			Município Incidência Brasília / DF				
Dados do Tomador de Serviços							
CPF / CNPJ : 188.361.782-00				Inscrição Municipal :			
Nome / Razão : Airton Luiz Faleiro				Número : .			
Endereço : PRACA DOS TRES PODERES, GABINETE 327.				Bairro : ZONA CIVICO-ADMINISTRATIVA			
Complemento :				Cidade/UF : Brasília / DF			
CEP : 70160-900				E-mail :			
Telefone : (61)3215-5327							
Dados do Intermediário de Serviços							
CNPJ		Inscrição Municipal		Razão Social			
Descrição dos Serviços							
Prestacao de servicos especializados em marketing politico. Acompanhamento de servicos fotograficos e clipping de noticias - Referente ao mes de abril de 2023. Nota quitada.							
Detalhamento dos Tributos							
Atividade do Município 1007 - Agenciamento de noticias.				Alíquota 0.00	Item da LC116/2003 10.07	Cód. NBS	Cód. CNAE 7311400
VI. Total dos Serviços R\$ 10.000,00	Desconto Incondicionado R\$ 0,00	Deduções Base Cálculo R\$ 0,00	Base de Cálculo R\$ 10.000,00	Total do ISSQN R\$ 0,00	ISSQN Retido Não	Desconto Condicionado R\$ 0,00	
PIS R\$ 0,00	COFINS R\$ 0,00	INSS R\$ 0,00	IRRF R\$ 0,00	CSLL R\$ 0,00	Outras Retenções R\$ 0,00	VI. ISSQN Retido R\$ 0,00	VI. Líquido da Nota Fiscal R\$ 10.000,00
Construção Civil		Cód. Obra			Art.		
Regime Especial de Tributação					Incentivador Fiscal Não	Opção Simples Nacional Sim	
Informações Adicionais							
I - "DOCUMENTO EMITIDO POR ME OU EPP OPTANTE PELO SIMPLES NACIONAL"; e II - "NÃO GERA DIREITO A CRÉDITO FISCAL DE IPI."							
- Data e Hora da Impressão: 02/05/2023 10:17:07					Sistema: Quero Faturar -		

P8 Relações Institucionais

CNPJ: 49.340.295/0001-34

Relatório de Atividades – Abril de 2023

A P8 Relações Institucionais apresenta ao Deputado Airton Faleiro relatório de atividades mensal, relacionado ao contrato enviado em anexo e conforme nota fiscal 009 também apresentada.

O relatório abrange as atividades desenvolvidas entre 01 de abril de 2023 e 30 de abril de 2023.

Atividades

- Levantamento das notícias relacionadas ao mandato, conforme clipping detalhado em anexo, compreendendo as seguintes mídias buscadas:
 - Portais de Notícias Nacionais:
 - Uol;
 - G1;
 - Folha;
 - Estadão;
 - Metrôpoles
 - Câmara dos Deputados
 - Portais de Notícias do Estado do Pará
 - Liberal
 - Diário do Pará
 - Redes sociais
 - Twitter
 - Facebook
- Acompanhamento fotográfico de reuniões realizadas nos seguintes dias com lideranças políticas: reuniões realizadas em 11/04, 12/04, 13/04, 25/04/ e 26/04.
- Realização de reuniões: pautado o planejamento estratégico do mandato. Realizadas no Gabinete do Deputado Federal nos dias 04/04 e 25/04.



Pedro Henrique Magalhães Duarte Hackbart
CONTRATADA

P8 Relações Institucionais

CNPJ: 49.340.295/0001-34

Clipping de Notícias – Dep. Airton Faleiro

Portal Santarém – 06 de abril de 2023

Deputado federal Airton Faleiro consegue recursos para investimento em Santarém

Recursos serão investidos para aquisição de ambulância e ambulâncias, recuperação de vicinais e abastecimento de água.



Faleiro conseguiu a liberação de R\$ 1.315.000,00, referente à emenda nº 39010002 do OGU 2022

O deputado federal Airton Faleiro (PT) informa sobre a liberação do valor de R\$ 1.315.000,00 (um milhão, trezentos e quinze mil reais), referente à emenda nº 39010002 do OGU 2022, destinada ao município de Santarém, para atender as seguintes demandas:

- 1- Aquisição de ambulância para a comunidade Suruacá do Médio Tapajós no valor de R\$ 280.000,00;
- 2- Recuperação de estradas vicinais das comunidades Curi e Nazário da região do Lago Grande no valor de R\$ 350.000,00;
- 3- Aquisição de 02 ambulâncias para as localidades de Alter do Chão e Guaraná no valor de R\$ 365.000,00;
- 4- Implementação de sistema de abastecimento de água na comunidade Serra Grande do Ituqui no valor de R\$ 320.000,00

<https://www.portalsantarem.com.br/noticias/conteudo/deputado-federal-airton-faleiro-consegue-recursos-para-investimento-em-santarem/133813>

Jovem Pan – 08 de abril de 2023

Câmara dos Deputados cria submissão para debater regulamentação do trabalho por aplicativo

P8 Relações Institucionais

CNPJ: 49.340.295/0001-34

Grupo de trabalho foi criado a pedido do presidente da Comissão de Trabalho, Airtton Faleiro (PT), e pretende criar Projetos de Lei específicos para regulamentar as atividades dos entregadores, motoristas e demais pessoas que prestam serviços às plataformas digitais



Plenário da Câmara dos Deputados

Uma subcomissão da **Câmara dos Deputados** vai analisar normas para a prestação de serviços por aplicativos. O grupo de trabalho foi criado a pedido do presidente da **Comissão de Trabalho** da Câmara, **Airtton Faleiro** (PT). De acordo com o parlamentar, o principal objetivo desta subcomissão é criar Projetos de Lei específicos para que haja a regulamentação das atividades dos entregadores, motoristas de aplicativos e demais pessoas que prestam serviços às plataformas digitais. O colegiado vai debater o tema, que também tem sido abordado pelo Poder Executivo. O ministro do Trabalho e Emprego, **Luiz Marinho**, também tem feito pronunciamentos sobre o tema e declarou que tem se articulado com representantes dos aplicativos para que haja a regulamentação na qual não se crie uma jornada de trabalho exaustiva e que remunere melhor os trabalhadores. Marinho chegou a fazer uma analogia que relaciona o formato atual do trabalho por aplicativos com a escravidão. Já segundo o autor da subcomissão, essa nova forma de trabalho seria o que ele chama de “calcanhar de Aquiles” na relação entre trabalhadores e empregadores. Com receio de que o excesso de burocracias com a regulamentação faça com que estes aplicativos saiam do país, o governo pretende fazer um diálogo aberto com as empresas para que a regulamentação seja boa para ambos os lados, já que este serviço é utilizado por muitos consumidores no Brasil.

<https://jovempan.com.br/programas/jornal-da-manha/camara-dos-deputados-cria-subcomissao-para-debater-regulamentacao-do-trabalho-por-aplicativo.html>

Portal Hertz – 08 de abril de 2023

Subcomissão permanente vai analisar regras de trabalho por aplicativos

Uma subcomissão da Câmara dos Deputados vai analisar normas para a prestação de serviços por aplicativos. O grupo de trabalho foi criado a pedido do presidente da Comissão de Trabalho da Câmara, Airtton Faleiro (PT)

P8 Relações Institucionais

CNPJ: 49.340.295/0001-34

De acordo com o parlamentar, o principal objetivo desta subcomissão é criar Projetos de Lei específicos para que haja a regulamentação das atividades dos entregadores, motoristas de aplicativos e demais pessoas que prestam serviços às plataformas digitais. O colegiado vai debater o tema, que também tem sido abordado pelo Poder Executivo

O ministro do Trabalho e Emprego, Luiz Marinho (PT), também fez pronunciamentos sobre o tema e declarou que tem se articulado com representantes dos aplicativos para que haja a regulamentação na qual não se crie uma jornada de trabalho exaustiva e que remunere melhor os trabalhadores. Marinho chegou a fazer uma comparação que relaciona o formato atual do trabalho por aplicativos com a escravidão.

<https://hertznoticias.com.br/subcomissao-permanente-vai-analisar-regras-de-trabalho-por-aplicativos/>

Ze Dudu – 10 de abril de 2023

Airton Faleiro encaminha votação contra mudança de prazo de adesão ao Programa de Regularização Ambiental

Governo tentará reverter derrota na Câmara em votação no Senado



Airton Faleiro (PT-PA) encaminhou contra a melhoria do texto da MP

Brasília – O governo começa a experimentar o tamanho de sua base de apoio no Congresso Nacional. Derrotado na Câmara dos Deputados na votação da Medida Provisória nº 1.150/2022, que muda o prazo para o proprietário ou possessor de imóveis rurais fazer sua adesão ao Programa de Regularização Ambiental (PRA), a estratégia é tentar reverter a derrota no Senado, onde será votada possivelmente essa semana.

O deputado Airton Faleiro (PT-PA) encaminhou a votação na Câmara, mas a matéria foi aprovada na quinta-feira (30).

Segundo redação dada por emenda do deputado Daniel Agrobom (PL-GO), aprovada em destaque acatado pelo Plenário, o novo prazo será de um ano contado da convocação pelo órgão ambiental. O prazo originalmente previsto pela MP e inicialmente mantido pelo relator, deputado Sergio Souza (MDB-PR), era de 180 dias.

P8 Relações Institucionais

CNPJ: 49.340.295/0001-34

Como era

Antes da MP, editada ainda no governo Bolsonaro, o prazo para essa adesão era de dois anos após o prazo final para inscrição do imóvel no Cadastro Ambiental Rural (CAR).

Segundo o Código Florestal, aqueles que fizeram a inscrição no CAR até 31 de dezembro de 2020 teriam direito de adesão ao PRA, que deveria ser feita até 31 de dezembro de 2022 – dois anos após o fim do prazo para o cadastro. Com a proximidade do fim desse prazo, a MP passou a vincular a adesão à convocação.

Para o relator, a prorrogação do prazo para adesão ao PRA é uma questão de justiça e de lógica. “Trata-se de uma questão de justiça, pois não se pode punir o agricultor pela mora estatal em implementar o Programa de Regularização Ambiental e trata-se de uma questão de lógica, pois não é possível aderir àquilo que não existe,” afirmou.

Substitutivo

A MP foi aprovada na forma de um substitutivo apresentado por Sérgio Souza (PMDB-PR), relator que incorporou mais três emendas. Houve apoio em bloco da Frente Parlamentar Agropecuária (FPA), sinal ao governo de que os ruralistas votarão coesos em matérias que ameacem o ambiente de negócios e a segurança jurídica do setor.

No encaminhamento em Plenário a cabo do deputado federal Airton Faleiro (PT-PA), a situação também tem tradição de votar coesa em matérias ambientais, mas os votos não foram suficientes para aprovar o que o governo queria, outro sinal que não terá o conforto que imagina para aprovar a sua agenda na Câmara. A bancada do Pará votou dividida na matéria.

Segundo Souza, a discussão sobre essas emendas envolveu os autores, os líderes de seus partidos e do governo e representantes do Ministério do Meio Ambiente. “O acordo promovido foi de que elas serão acatadas pelo relator e, se forem vetadas, houve o compromisso de manter o veto,” explicou.

Emendas

Uma das emendas, do deputado Rodrigo de Castro (União-MG), muda a Lei da Mata Atlântica para permitir o desmatamento quando da implantação de linhas de transmissão de energia elétrica, de gasoduto ou de sistemas de abastecimento público de água sem necessidade de estudo prévio de impacto ambiental (EIA) ou compensação de qualquer natureza. Será dispensada ainda a captura, coleta e transporte de animais silvestres, garantida apenas sua afugentação.



Congresso enfrenta o desafio da regularização ambiental do país

P8 Relações Institucionais

CNPJ: 49.340.295/0001-34

Outros pontos desta emenda preveem:

- vegetação secundária em estágio médio de regeneração poderá ser derrubada para fins de utilidade pública mesmo quando houver alternativa técnica ou de outro local para o empreendimento;
- dispensa da anuência prévia de órgão ambiental estadual e autorização passa a ser exclusivamente de órgão ambiental municipal para o corte de vegetação no estágio médio de regeneração situada em área urbana;
- parcelamento do solo para loteamento ou edificação em área de vegetação secundária em estágio médio de regeneração na Mata Atlântica poderá ocorrer com autorização de órgão municipal, que não precisará mais ser prévia;
- compensação ambiental para a derrubada de vegetação primária ou secundária nos estágios médio ou avançado de regeneração na Mata Atlântica poderá ocorrer em município vizinho e, quando envolver área urbana, também com terrenos situados em áreas de preservação permanente;
- corte ou exploração de vegetação secundária em estágio inicial de regeneração na Mata Atlântica poderá ser autorizado também por órgão municipal competente.

Corredores ecológicos

Foi aprovada também emenda do deputado Leo Prates (PDT-BA) que dispensa zona de amortecimento e corredores ecológicos em unidades de conservação quando situadas em áreas urbanas definidas por lei municipal.

Rios urbanos

No caso de rios urbanos, foi aprovada uma emenda do deputado João Carlos Bacelar (PL-BA), que dispensa consulta a conselhos estaduais, municipais ou distrital de meio ambiente para definir o uso do solo em faixas marginais ao longo de qualquer corpo hídrico.

Hoje, a lei permite a adoção de faixas de proteção mais estreitas que as estipuladas pelo Código Florestal.

Debate

Segundo o deputado Ricardo Salles (PL-SP), “os estados são os principais responsáveis pelo entrave administrativo que os proprietários não conseguem suplantar, razão pela qual é justo que seja dado mais prazo para regularização”.

Já o deputado Tarcísio Motta (Psol-RJ) afirmou que a história agrária do Brasil é a história da posse e da irregularidade a favor dos grandes latifundiários de terra. “O cadastro e o programa parecem positivos, mas quando ocorrem esses adiamentos – e muitas vezes os estados não fazem o programa – é porque não é de interesse dos proprietários a resolução do passivo ambiental,”acusou.

“A política do ‘facilitarium’ não é neutra e obedece a interesses e há de se lamentar a aceitação de emendas que afetam a preservação da Mata Atlântica”, afirmou o deputado Chico Alencar (Psol-RJ), congressista que representa tudo contra o que seja do interesse do setor produtivo.

P8 Relações Institucionais

CNPJ: 49.340.295/0001-34

Como o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), aceitou o convite do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) para acompanhá-lo na viagem à China, agendada para esta terça-feira (11) e que deve durar toda a semana, é incerto se a MP será pautada para votação nesta semana.

<https://www.zedudu.com.br/airton-faleiro-encaminha-contramudanca-de-prazo-de-adesao-ao-programa-de-regularizacao-ambiental/>

Veja – 11 de abril de 2023

Em vídeo, Lula passa Presidência a Geraldo Alckmin

veja RADAR RADAR ECONÔMICO POLÍTICA ECONOMIA SAÚDE MUNDO CULTURA ESPORTE AGENDA V



Geraldo Alckmin acompanhou o embarque de Lula para a China. (Ricardo Stuckert/Divulgação)

Lula transmitiu nesta terça-feira o cargo ao vice-presidente **Geraldo Alckmin**, que acompanhou o embarque do petista na Base Aérea de Brasília. **Após adiar a viagem por problemas de saúde**, o presidente vai à China para uma agenda de dois dias e segue, no sábado, para os Emirados Árabes.

Na ausência de Lula – que inicia seus **compromissos oficiais** na posse de **Dilma Rousseff** como presidente do banco dos BRICS nesta quinta –, Alckmin se reuniu, como presidente em exercício, com o vice-governador do Amazonas, Tadeu de Souza, às 9h, no Palácio do Planalto. Na sequência, o vice-presidente recebeu o embaixador do Japão no Brasil, Hayashi Teiji, e representantes do Wise Group, que reúne empresas brasileiras e japonesas.

Moderninha Pro2 com Wi-Fi, CH...
Oferta de Moderninha Pro 2 - apenas 12x de R\$ 18,90 - a...
Moderninha Pro 2 de Pagamento Fixo é a...
escolha de cartão de crédito e débito com...
Pay Solutions

P8 Relações Institucionais

CNPJ: 49.340.295/0001-34

veja RADAR RADAR ECONÔMICO POLÍTICA ECONOMIA SAÚDE MUNDO CULTURA ESPORTE AGENDA VER

DF COLUNAS Empresa com mais de 15 anos no mercado com as melhores marcas. Compre com Quem Entende!

Ao longo do dia, ele também tem encontros previstos com os deputados federais Airtton Faleiro (PT-PA), Florentino Neto (PT-PI), Luiz Fernando Faria (PSD-MG) e Simone Marquette (MDB-SP), com o presidente da Federação dos Trabalhadores das Indústrias Químicas e Farmacêuticas do Estado de São Paulo, Sérgio Leite, e com a secretária de Competitividade e Política Regulatória do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, Andrea Macera.

Confira o vídeo do embarque de Lula:



<https://veja.abril.com.br/coluna/radar/em-video-lula-passa-presidencia-a-geral-do-alcmin/>

Meio Norte – 12 de abril de 2023

Deputado defende regulação das relações de trabalho por aplicativos

Deputado Airtton Faleiro, presidente da Comissão de Trabalho da Câmara, diz que regulação trabalho por aplicativo é prioridade.

O presidente da Comissão de Trabalho da Câmara dos Deputados, deputado Airtton Faleiro (PT-PA), afirmou nesta quarta-feira, 12, na **Câmara dos Deputados**, que o sucesso do governo Lula na área do emprego vai depender da integração da pasta com a Comissão de Trabalho da Câmara.

O deputado diz que uma das prioridades é o combate ao trabalho análogo à escravidão no Brasil, destacando que foi criada uma subcomissão no colegiado para tratar do tema.

P8 Relações Institucionais

CNPJ: 49.340.295/0001-34



Deputado Aírton Faleiro defende mais proteção a trabalhadores de aplicativos (Vinícius Loures/Câmara dos Deputados)

Outra prioridade, segundo o deputado Faleiro, é a **regulação das relações de trabalho por aplicativos**, que também será tratada em subcomissão.

Sobre o assunto, Marinho informou sobre a formação de outro grupo de trabalho tripartite, para a regulação do trabalho por aplicativos. A proposta é fazer o enquadramento econômico e promover a proteção social dos trabalhadores.

O ministro respondeu que concorda que é preciso dar possibilidades ao trabalhador e isso não implica que todos tenham obrigação de ser regido pela CLT, pois há possibilidade de ser autônomo e contribuir com a Previdência de forma autônoma.

“Eu disse e repito: se a Über quiser ir embora do Brasil, o problema é dela, não é dos trabalhadores ou da economia brasileira, porque no lugar da Über surgirá tantos outros aplicativos, como já tem”, disse ainda o ministro.

Concurso para auditor do Trabalho

Faleiro também destaca o FGTS como tema relevante, devido à grande quantidade de projetos na Câmara sobre o assunto, além do aumento do salário mínimo e a valorização da negociação coletiva nas relações de trabalho.

O ministro do Trabalho, Luiz Marinho, concorda com as prioridades elencadas por Faleiro, como o combate ao trabalho degradante e citou que nos primeiros 100 dias de governo foram libertados 1.127 operários do trabalho análogo à escravidão.

A mais recente lista de trabalho análogo à escravidão, atualizada em 5 de abril pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), traz 289 empregadores ficha suja.

P8 Relações Institucionais

CNPJ: 49.340.295/0001-34

Marinho destacou a necessidade de realizar novos concursos para auditores do Trabalho, que hoje são insuficientes para dar conta da fiscalização. Além disso, o ministro quer aumentar a participação dos sindicatos de trabalhadores nos acordos com cada segmento econômico, especialmente do setor rural, para garantir transparência e controle social.

<https://www.meionorte.com/politica/deputado-defende-regulacao-das-relacoes-de-trabalho-por-aplicativos-470161>

PT na Câmara – 12 de abril de 2023

Governo Lula promove crescimento econômico com respeito aos direitos dos trabalhadores, afirma Luiz Marinho



Ministro Luiz Marinho, na Comissão de Trabalho, presidida pelo deputado Faleiro. Foto: Gabriel Paiva

O ministro do Trabalho e Emprego, Luiz Marinho, disse nesta quarta-feira (12) durante audiência pública na Câmara que o governo Lula está lutando para promover o crescimento econômico do País, com geração de emprego, renda e respeito aos direitos dos trabalhadores. Durante a reunião na Comissão de Trabalho, presidida pelo deputado **Airton Faleiro (PT-PA)**, o ministro defendeu o fortalecimento da negociação coletiva entre patrões e empregados, a valorização do salário mínimo, o combate ao trabalho escravo e a queda na taxa de juros.

Na abertura da reunião, Airton Faleiro elogiou a disposição do ministro de vir explicar ao colegiado, de forma espontânea, as prioridades do ministério para 2023. “Logo que assumi a presidência da Comissão o ministro se adiantou e, antes que eu o procurasse, ele ligou se colocando à disposição para vir à Comissão apresentar os projetos da pasta. Sabemos o desafio que o ministro está tendo para reconstruir o ministério, que havia sido extinto e suas pastas distribuídas pela Esplanada”, afirmou.

Após agradecer as palavras do presidente da Comissão de Trabalho, Luiz Marinho concordou que, juntamente com o desafio de reestruturar o ministério, sua pasta já trabalha em uma série de desafios a fim de qualificar o mercado de trabalho do País.

P8 Relações Institucionais

CNPJ: 49.340.295/0001-34

“Nós queremos retomar o processo de crescimento, de inclusão social, diminuição da desigualdade e vamos fazer isso com aumento da formalização do trabalho, retomada da política de valorização do salário mínimo e geração de emprego de qualidade”, disse Luiz Marinho.

Informalidade

Durante a audiência pública, o ministro criticou o discurso – comum entre bolsonaristas – que confundem empreendedorismo com trabalho informal ao defenderem o aumento da informalidade nos últimos anos. “A última Reforma Trabalhista trouxe essa perversidade no mercado de trabalho (aumento da informalidade e falta de vínculos trabalhistas), que é irmã gêmea do trabalho análogo ao escravo. Temos um Grupo de Trabalho Tripartite no ministério (com representantes de patrões, empregados e governo) que estuda soluções negociadas para esse problema”, destacou.

Salário mínimo

O ministro Luiz Marinho destacou que é compromisso do governo Lula garantir o aumento real do salário mínimo todos os anos. Ele lembrou que, em maio, o presidente já assegurou o aumento do mínimo para R\$ 1.320, garantindo aumento acima da inflação. Ele explicou que o desafio do governo é apresentar uma política de crescimento às próximas décadas.

“Nós queremos uma política permanente de valorização do salário mínimo, não sabemos se para 20, 30 ou 40 anos. Temos um Grupo de Trabalho com governo e centrais sindicais que estuda o tema, e no retorno do presidente Lula da China queremos apresentar a ele essa proposta”, revelou.

Trabalho escravo

Sobre o combate ao trabalho análogo à escravidão, o ministro Marinho disse que essa é uma das principais preocupações de sua pasta. “Em 100 dias libertamos 1.127 pessoas em trabalho análogo à escravidão. Não podemos apenas libertar pessoas, mas temos que impedir que isso aconteça. Queremos que nos 100 primeiros dias do próximo ano, não tenhamos mais essa estatística de mais de mil trabalhadores libertados”, apontou.

Acordos Coletivos

Na reunião, o ministro do Trabalho ressaltou que a última Reforma Trabalhista enfraqueceu a negociação coletiva entre patrões e empregados, gerando a retirada de direitos e precarização. Como exemplo, ele explicou que o Brasil tinha 22 milhões de empregos formais quando o presidente Lula assumiu seu 1º mandato em 2003. Já no final do 1º mandato da presidenta Dilma, esse número tinha saltado para 42 milhões.

“Após o golpe, veio a Reforma Trabalhista e aquela celeuma de que criaria milhões de empregos. Resultado que hoje temos apenas pouco mais de 43 milhões de empregos formais. A Reforma Trabalhista destruiu o papel dos sindicatos nas negociações, ao privilegiar os acordos individuais. Temos uma Comissão Tripartite (Centrais Sindicais, empresários e governo) que estuda fortalecer os acordos coletivos”, anunciou o ministro.

P8 Relações Institucionais

CNPJ: 49.340.295/0001-34

Trabalhadores de aplicativos

Durante a audiência pública, Marinho também defendeu que os trabalhadores vinculados a aplicativos tenham garantidos direitos trabalhistas comuns a outros trabalhadores formalizados.

“O presidente Lula assumiu durante a campanha o compromisso de regular essa atividade. Os aplicativos de transporte, por exemplo, terão que ter uma única atividade econômica, diferente do que ocorre hoje que são diversas. É necessário direito previdenciário a esses trabalhadores, que hoje não têm proteção previdenciária diante dos riscos de sua atividade laboral. Temos um Grupo de Trabalho estudando esse tema, e nesse semestre ou no máximo no próximo vamos apresentar propostas nesse sentido ao presidente Lula e ao parlamento”, avisou.

Queda dos juros

Além das ações que o ministério vem adotando, Luiz Marinho ressaltou ainda que, para gerar empregos para a juventude e os desempregados, o país também precisa crescer economicamente. O ministro destacou que a alta taxa de juros mantida pelo Banco Central está impedindo que isso ocorra.

“Creio que a alta taxa de juros deveria ser um tema dessa Comissão. Reduzir essa taxa de juros poderia gerar empregos em massa no Brasil. Há essa certeza em todos os setores. Até os banqueiros admitem que os juros estão excessivos”, afirmou.

Também participaram da audiência pública os deputados petistas **Alexandre Lindenmeyer (RS)**, **Bohn Gass (RS)**, **Reimont (RJ)** e **Rogério Correia (MG)**.

Héber Carvalho

<https://ptnacamara.org.br/governo-lula-promove-crescimento-economico-com-respeito-aos-direitos-dos-trabalhadores-afirma-luiz-marinho/>

Lapada Lapada – 12 de abril de 2023

Ministro do Trabalho diz que política da valorização do salário mínimo será encaminhada em breve ao Congresso

P8 Relações Institucionais

CNPJ: 49.340.295/0001-34



O ministro do Trabalho e Emprego, o deputado licenciado Luiz Marinho (SP), informou nesta quarta-feira (12) que até maio será encaminhada ao Congresso Nacional a proposta de novo salário mínimo, no valor de R\$ 1.320. Também será encaminhada em breve uma nova política de valorização permanente do salário mínimo.

Segundo Marinho, grupo de trabalho formado por integrantes do governo e de centrais sindicais estuda os parâmetros dessa política, e uma proposta será levada ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva no retorno da viagem dele à China.

“Estamos estudando quanto tempo vamos propor, se é por 20 anos, se por 30, por 15 anos, e evidentemente a cada novo PPA [Plano Plurianual] poderá ser feita a revisão da eficiência da política estabelecida”, afirmou, na Comissão de Trabalho da Câmara dos Deputados. O ministro compareceu por iniciativa própria, a fim de apresentar plano de trabalho da pasta para este ano.

Marinho disse que a política de valorização do salário mínimo dos primeiros governos Lula e do governo Dilma Rousseff impactou positivamente na distribuição de renda, sem elevar a inflação, o desemprego e a informalidade. Além disso, ele defendeu a redução de juros, o que, na visão dele, poderá ajudar na geração de empregos no Brasil, e pediu ajuda da comissão na promoção desse debate.

Saques no FGTS

O ministro criticou a criação, pelo governo Bolsonaro, do saque-aniversário do FGTS, que permite a cada pessoa realizar um saque anual de suas contas. “O saque-aniversário trouxe dois graves problemas. Primeiro, o enfraquecimento do próprio fundo para responder a uma das suas missões, que é o financiamento de habitação e saneamento”, disse.

Vinicius Loures/Câmara dos Deputados

P8 Relações Institucionais

CNPJ: 49.340.295/0001-34



Airton Faleiro quer prioridade ao combate ao trabalho análogo à escravidão

“Segundo, criou a possibilidade da farra do sistema financeiro com o fundo de garantia”, completou. “Hoje, dos R\$ 504 bilhões depositados na conta corrente dos correntistas do fundo de garantia, já temos quase R\$ 100 bilhões alienados pelos bancos em empréstimos consignados, a partir do formato do saque-aniversário”, acrescentou.

O ministro ressaltou que o trabalhador que realiza o saque-aniversário não pode sacar o saldo se for demitido, e os funcionários reclamam de não serem informados propriamente disso. “Essa é a maior reclamação que recebo todos os dias”, apontou. “Estamos discutindo no governo qual remédio vamos adotar para consertar esse problema, para submeter ao Parlamento”.

Prioridades da comissão

O presidente da comissão, deputado Airton Faleiro (PT-PA), lembrou que o Ministério do Trabalho foi extinto no início do governo Bolsonaro, recriado apenas em meados de 2021, o que aumentaria os desafios do ministro Luiz Marinho. Para ele, o sucesso do governo Lula na área vai depender da integração da pasta com a Comissão de Trabalho da Câmara. O parlamentar considera como uma das prioridades o combate ao trabalho análogo à escravidão no Brasil, destacando que foi criada uma subcomissão no colegiado para tratar do tema.

Outra prioridade é a regulação das relações de trabalho por aplicativos, que também será tratada em subcomissão. Também tema relevante, na visão de Faleiro, é o FGTS, devido à grande quantidade de projetos na Câmara sobre o assunto, além do aumento do salário mínimo e a valorização da negociação coletiva nas relações de trabalho.

Trabalho degradante

O ministro concorda com as prioridades elencadas por Faleiro, como o combate ao trabalho degradante. “Em 100 dias, libertamos 1.127 operários do trabalho análogo à escravidão”, informou. A mais recente lista de trabalho análogo à escravidão, atualizada em 5 de abril pelo Ministério do

P8 Relações Institucionais

CNPJ: 49.340.295/0001-34

Trabalho e Emprego (MTE), traz 289 empregadores ficha suja. Marinho afirmou que é preciso encontrar caminhos para “evitar que essa aberração aconteça na sociedade brasileira”.

Segundo ele, um dos meios é promover novos concursos para auditores do Trabalho, que hoje são insuficientes para dar conta da fiscalização. Além disso, o ministro quer aumentar a participação dos sindicatos de trabalhadores nos acordos com cada segmento econômico, especialmente do setor rural, para garantir transparência e controle social.

Marinho destacou que o fato de o trabalho ser executado por terceirizados não exime as empresas de responsabilidade. “Seguramente contaremos com a participação da comissão para eventuais ajustes legislativos para a punição devida de quem insistir nesse processo criminal no Brasil”, declarou.

Legislação trabalhista

A respeito das atuais normas trabalhistas, Marinho disse que está sendo formado um grupo tripartite – com representantes de empresas, empregados e governo – para eventuais revisões de pontos da legislação trabalhista e das estruturas sindicais. “A **Lei de Terceirização** hoje é irmã gêmea do trabalho escravo. Criou a possibilidade de que pode tudo e vale tudo”, avaliou. Para ele, a terceirização, como está, trouxe “perversidade, desregulação e incentivo ao trabalho informal”.

O deputado Alexandre Lindenmeyer (PT-RS) também criticou a reforma trabalhista e defendeu a responsabilidade de quem terceiriza o trabalho, quanto ao respeito aos direitos sociais. O deputado Bohn Gass (PT-RS), relator de proposta (PL 4132/12) sobre a terceirização em análise na Câmara, afirmou que pode fazer substitutivo revendo pontos da reforma trabalhista e pediu a colaboração do ministério nesse sentido.

Já o deputado Marcel Van Hattem (Novo-RS) rebateu as críticas. “A reforma trabalhista, tão atacada, gerou 1,7 milhão de empregos, de 2017 a 2022”, apontou. De acordo com o parlamentar, essa geração de empregos foi acompanhada de uma redução considerável no número de processos na Justiça do Trabalho.

“Dizer que 1,7 milhão de empregos foi gerado por conta da reforma trabalhista? Me poupe”, respondeu o ministro. “Em 2003, quando o presidente Lula assumiu, tínhamos 22 milhões de empregos formais. Terminamos o primeiro mandato da presidenta Dilma com 42 milhões de empregos formais. Hoje não chegamos a 43 milhões”, afirmou.

Marinho negou que haverá volta do imposto sindical, ao ser questionado pela deputada Adriana Ventura (Novo-SP). “É necessário fortalecer a negociação coletiva. A reforma trouxe incentivo à negociação individual”, argumentou.

Trabalho por aplicativos

O ministro também informou sobre a formação de outro grupo de trabalho tripartite, para a regulação do trabalho por aplicativos. A ideia, segundo ele, é fazer o enquadramento econômico das atividades das plataformas e promover a proteção social dos trabalhadores.

Para o deputado Luiz Gastão (PSD-CE), é preciso dar a esses trabalhadores a liberdade de optar pela forma como querem trabalhar. “Nós não podemos prescindir de dar a esses funcionários a

P8 Relações Institucionais

CNPJ: 49.340.295/0001-34

liberdade de escolha”, opinou. O ministro respondeu que concorda que é preciso ofertar ao trabalhador uma cesta de possibilidades. “Não estou dizendo que todos os trabalhadores terão obrigação de ter **CLT**”, esclareceu. “Há a possibilidade ser autônomo e contribuir com a Previdência de forma autônoma”, completou.

“Eu disse e repito: se a Über quiser ir embora do Brasil, o problema é dela, não é dos trabalhadores ou da economia brasileira, porque no lugar da Über surgirá tantos outros aplicativos, como já tem”, disse ainda o ministro.

Por sua vez, o deputado Tulio Gadêlha (Rede-PE) acredita que a grande maioria dos trabalhadores quer ter vínculos formais de trabalho e, assim, ter acesso a direitos, como o seguro-acidente.

Desoneração da folha

Já o deputado Lucas Redecker (PSDB-RS) questionou o ministro sobre a continuidade da política de desoneração da folha de pagamento, que alivia a carga tributária de vários setores. Segundo o parlamentar, é preciso observar a concorrência no mercado internacional ao se tratar dessa política – no que o ministro concordou. “Não sei lhe responder”, disse, sobre a manutenção das desonerações. Conforme Marinho, isso está sendo tratado pela área econômica do governo.

“Penso em um processo de desoneração da folha de pagamento em larga escala, não só em setores. Temos de calibrar esse processo de transição, mas o acordo conceitual seria transferir da folha de pagamento para faturamento”, disse o ministro. “Muitas empresas com grande impacto de mão de obra se sacrificam quando as contribuições vêm vinculadas à folha de pagamento. Já aquelas com faturamento altíssimo e pouca mão de obra deveriam estar contribuindo mais a partir do seu faturamento, e hoje não contribuem.”

Reportagem – Lara Haje

Edição – Marcelo Oliveira

<https://lapadalapada.com.br/2023/04/12/ministro-do-trabalho-diz-que-politica-de-valorizacao-do-salario-minimo-sera-encaminhada-em-breve-ao-congresso/>

Câmara dos Deputados – 19 de abril de 2023

Comissão de Trabalho

Reunião Deliberativa Extraordinária (Semipresencial) – 19/04/2023

<https://www.camara.leg.br/evento-legislativo/67539>

<https://www.youtube.com/watch?v=-YeApj6AwZ4&list=TLGG5EVaYhu2J5UwMTA1MjAyMw>

P8 Relações Institucionais

CNPJ: 49.340.295/0001-34

Câmara dos Deputados – 26 de abril de 2023

Comissão de Trabalho

Discussão e votação de propostas legislativas – 26/04/2023

<https://www.camara.leg.br/evento-legislativo/67750>

<https://www.youtube.com/watch?v=F9w7RNu1bs&list=TLGGFwslzhG14IAwMTA1MjAyMw>

Câmara dos Deputados – 27 de abril de 2023

Comissão da Amazônia e dos Povos Originários e Tradicionais

Seminário dos Povos Originários no Congresso Nacional – 27/04/2023

<https://www.camara.leg.br/evento-legislativo/67730>

<https://www.youtube.com/watch?v=jUvyKJo5nQ8&list=TLGGwtHD-Hdrg08wMTA1MjAyMw>

Câmara dos Deputados – 28 de abril de 2023

Deputado Airton Faleiro antecipa que CPI do MST vai investigar grilagem promovida por latifúndios

Coordenador do núcleo agrário do PT na Câmara, o deputado Airton Faleiro (PT-PA) aponta que a comissão parlamentar de inquérito que vai investigar os atos do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra também deve apurar os crimes dos grandes latifundiários, especialmente na Amazônia, que promovem a grilagem de terras e desmatam áreas de preservação ambiental. Por outro lado, a base aliada do governo, segundo ele, vai mostrar também a atuação do MST na produção de alimentos saudáveis e sua distribuição gratuita durante a pandemia.

Airton Faleiro nega que o governo esteja incentivando as ocupações de terras por parte do movimento, creditando as acusações a uma movimentação dos setores mais atrasados do campo, movido pelo lucro e pela concentração de terras. Para ele, é preciso promover uma reforma agrária estrutural, que garanta a milhares de famílias um pedaço de chão para viver e produzir alimentos, com apoio governamental para sustentar o ciclo das safras.

O congressista ainda ressalta que as ocupações de terra voltaram a ocorrer depois de cinco anos com poucas ocorrências porque o movimento rural enfrentou um governo anterior truculento, e as

P8 Relações Institucionais

CNPJ: 49.340.295/0001-34

ocupações não eram entendidas como um instrumento que pudesse resultar em avanços na distribuição de terras.

Apresentação – Marcio Achilles Sardi

<https://www.camara.leg.br/radio/programas/957047-deputado-airton-faleiro-antecipa-que-cpi-do-mst-vai-investigar-grilagem-promovida-por-latifundios/?pagina=1>

Jeso Carneiro – 30 de abril de 2023

1º de Maio: o que esperar do Legislativo e Governo para os trabalhadores. Por Airton Faleiro



Deputado federal Airton Faleiro (à esq.) em audiência na Comissão de Trabalho, que ele preside. Foto: Ascom/AF

Na condição de presidente da Comissão de Trabalho da Câmara dos Deputados, fico imaginando o que a classe trabalhadora espera do Poder Legislativo e do Governo Federal neste 1º de Maio de 2023, Dia do Trabalhador.

Penso que de imediato seja o reajuste salarial, é claro. Então podemos comemorar o aumento de 9% para os servidores federais e o reajuste do salário mínimo para R\$1.320,00. Essas medidas representam uma maior distribuição de renda e o aquecimento da economia com o aumento do poder de compra da classe trabalhadora.

Também podemos comemorar o anúncio do presidente Lula de novos concursos públicos. Isso além de garantir a reestruturação e fortalecimento do serviço público federal para melhor o atendimento à população, gerar, também, novos postos de trabalho.

Indução governamental

E quem não recebe salários ou não tem pretensão de concorrer a um emprego no serviço público, o que espera dos Poderes Legislativo e Executivo? Falo aqui da pessoa que está desempregada ou na economia informal e sonha com a indução governamental numa política econômica que gere emprego e distribua renda.

P8 Relações Institucionais

CNPJ: 49.340.295/0001-34

Sobre isso, podemos afirmar que já percebemos os primeiros sinais positivos com a aplicação dos recursos em obras de infraestrutura aprovados na PEC da Transição, como, por exemplo, a pavimentação asfáltica em rodovias federais, na construção civil com o programa Minha Casa Minha Vida e a conclusão das obras paralisadas pelo governo Bolsonaro e retomadas no governo atual do presidente Lula.

Outro sinal positivo na economia brasileira, que começa dar bons resultados, é a retomada dos programas sociais, como por exemplo, o Bolsa Família de R\$600,00 com acréscimo de R\$150,00 para filhos de até 6 anos e R\$50,00 de 6 a 18 anos e mulheres gestantes cadastradas na família.

Mas vamos além: a classe trabalhadora espera soluções mais estruturantes para além do mencionado até aqui. Neste contexto, imagino que a luta em curso para que o Banco Central baixe os juros se faz mais que necessária, pois com as altas taxas de juros não há incentivo aos investidores e, por sua vez, não teremos crescimento da economia, que, por conseguinte, não leva ao aumento da geração de empregos e maior inclusão no mercado de trabalho das camadas da economia informal e dos desempregados.

Taxação do andar de cima

Vivemos a expectativa da tão esperada reforma tributária liderada pelo ministro Fernando Haddad, da Fazenda, que já permitiu o anúncio feito pelo ministro Luiz Marinho, do Trabalho, da isenção do Imposto de Renda para quem ganha R\$ 2.640,00; o que significa um percentual a mais para renda familiar e se traduz, por conseguinte, em maior poder de compra.

Mas em se tratando da reforma tributária, o que se espera mesmo é o aumento da arrecadação pelo governo dos altos lucros da turma do andar de cima sem onerar a classe média e trabalhadora, pois com este aumento da arrecadação vamos investir mais na melhoria dos serviços sociais, como educação e saúde, tão necessários para os setores com médio e baixo poder aquisitivo.

Com a maior taxa de quem ganha mais, se espera arrecadar mais para impulsionar os programas sociais que atendem os mais necessitados e são geradores de emprego e oportunidades. E não estamos falando de uma coisa nova, não testada. Destinar uma fatia do orçamento da Nação para este fim já deu certo nos governos anteriores de Lula e Dilma e vai ser de fundamental importância neste terceiro mandato petista.

Mas a expectativa é que caminhemos para além dos programas sociais. Vamos arrecadar mais de quem tem mais, para investir em obras de infraestrutura e no incentivo à indústria no Brasil. Isso é urgente e necessário para um país que se propõe ser, como já foi num passado bem recente, a 6ª economia mundial.

Regulamentação do trabalho

Importante ainda ressaltar neste 1º de Maio que nosso crescimento com inclusão social, geração de oportunidades e responsabilidade socioambiental passa necessariamente pelos nossos bancos federais, como BNDES, Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal, bancos regionais,

P8 Relações Institucionais

CNPJ: 49.340.295/0001-34

Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia – Sudam e Superintendência do Nordeste – Sudene, essas últimas como planejadores e os bancos como investidores nos setores produtivos comprometidos com o meio ambiente e com a inclusão social.

Por último, destaco o desafio da regulamentação das relações de trabalho entre empregados e empregadores, primordial para se pôr fim às práticas análogas à escravidão, fazer uma revisão na última reforma trabalhista, garantir a retomada das negociações coletivas e a regulamentação urgente das plataformas e aplicativos.

Que este 1º de Maio de 2023 seja o início de um novo ciclo de esperança para a classe trabalhadora e para todo povo brasileiro.



Airton Faleiro

É deputado federal reeleito do Pará, com domicílio eleitoral em Santarém, oeste do estado. Filiado ao PT, preside da Comissão de Trabalho da Câmara dos Deputados. Leia o seu perfil e trabalhos na Casa...

<https://www.jesocarneiro.com.br/brasil/1o-de-maio-o-que-esperar-do-legislativo-e-governo-para-os-trabalhadores-por-airton-faleiro.html>

Bacana News – 01 de maio de 2023

Airton Faleiro visita Benevides e encontra com a prefeita Luziane Solon



P8 Relações Institucionais

CNPJ: 49.340.295/0001-34

Foto: Divulgação

O deputado federal Airton Faleiro esteve em Benevides com a prefeita Luziane Solon, onde visitou as instalações da Secretaria Municipal de Agricultura e Abastecimento.

Na oportunidade, eles conversaram sobre as demandas para futuros investimentos e melhorias para a cidade.

<https://bacananews.com.br/airton-faleiro-visita-benevides-e-encontra-com-a-prefeita-luziane-solon/>